



PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL: NECESSIDADES FORMATIVAS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM ALAGOAS NA MOBILIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Javan Sami Araújo dos Santos ¹

RESUMO

O presente trabalho partiu da necessidade constatada quanto à ampliação dos estudos sobre os caminhos da gestão democrática e participativa na rede pública dos municípios alagoanos, relacionada ao tema da atuação dos Conselheiros Municipais de Educação na democratização do Sistema de Ensino. Estudos de Santos (2012) mostram que no Estado as experiências com a Gestão Democrática na Educação aconteceram no município de Maceió, em 1993, com uma política implantada no modelo de gestão educacional democrático, e se estendeu à rede pública estadual de ensino em 1999 (CRUZ NETO, 2008). Mas, sem uma apreciação sobre a capacidade participativa dos conselheiros municipais no processo de gestão educacional. A formação de um conselheiro municipal de educação deve primar pelos conhecimentos que lhes permitam saber de suas atuações, como: regulamentar, fiscalizar e propor medidas para melhoria das políticas educacionais em cada município. Metodologicamente o texto é de natureza qualitativa, de estudo bibliográfico e apresenta, mobilização e participação, enquanto pilares legitimadores da atuação dos Conselhos de Educação, envolvimento no princípio democrático que fortalece a ação dos conselheiros no cumprimento legal de suas funções. Diante do exposto, o trabalho mostra de que há a necessidade formativa para os conselheiros municipais de educação em Alagoas, numa perspectiva democrática de suas atribuições nos 102 (cento e dois) municípios. Portanto, cabe aos conselheiros, em consonância com as Secretarias Municipais de Educação, garantir a mobilização e a participação de toda a sociedade civil para proteger e definir o que for necessário para assegurar a democracia. Os conselhos, quando orientados pelas leis e pelas normas, regem a educação e garantem que as tomadas de decisão pelos sistemas de ensino reforcem os princípios constitucionais da gratuidade e da universalização da educação como direito subjetivo e como direito fundamental do referido serviço público escolar.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação, Gestão Educacional. Pró-Conselho. Participação, Gestão Democrática.

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, javansami@hotmail.com;